



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

BOA VISTA/RR - MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010	7
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	7
1.1 – Relatório de Gestão Individual – Identificação do Jurisdicionado.....	7
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	9
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	9
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	9
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	10
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	11
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	11
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	11
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	12
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	12
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	12
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	13
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	13
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação...13	
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	13
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	15
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	16
2.4.3 Indicadores Institucionais	16
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010	16
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	16
3.2 Análise Crítica.....	16
4 PARTE A, ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	17
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	17
4.2 Análise Crítica	17
5 DA PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	18
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	18
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	19
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	20
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	20
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	21
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	22
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	22
7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	23
8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	24
9 PARTE 9, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	25
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	25
10 PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	27

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	27
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	29
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	29
12 PARTE A, ITEM 12, ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	31
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	31
13 PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	32
14 PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	33
15 PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	33
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	33
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	33
16 PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	34
16.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício	34
16.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	34
B PARTE B, ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	35
17 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	35
17.1 Declaração com Ressalva	35

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
SR – Superintendência Regional
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por escopo apresentar uma análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Roraima no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Seu conteúdo está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, apresentando-se informações na seguinte ordem: identificação, planejamento e gestão orçamentária e financeira, restos a pagar, recursos humanos, registro de contratos no sistema SIASG, cumprimento da Lei 8.730/93, sistema de controle interno, critérios de sustentabilidade nas licitações, patrimônio imobiliário, tecnologia da informação, gastos com cartão de pagamento do governo federal, e cumprimento de determinações e recomendações dos órgãos de controle externo e interno.

Os itens referentes Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ, Indicadores Institucionais, Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos, transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, Renúncias Tributárias não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Roraima possui três (03) Unidades Operacionais, assim distribuídas:

1. Sede da Superintendência na capital do Estado;
2. Delegacia de Pacaraima - RR (município fronteiro com a Venezuela) e
3. Posto Avançado de Bonfim - RR (município fronteiro com a Guiana).

A estrutura de investigação da Polícia Federal é subdividida por áreas, as quais estão delimitadas de acordo com a matéria e/ou pela natureza das infrações penais, sendo que na Superintendência da Polícia Federal em Roraima, ela é composta de nove (09) Delegacias Especializadas, e contém ainda, núcleos e setores, sendo:

1. Delegacia de Controle de Segurança Privada;
2. Delegacia de Defesa Institucional;
3. Delegacia de Polícia de Imigração;
4. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários;
5. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários;
6. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico;
7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio;
8. Delegacia de Repressão a Entorpecente;
9. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas;

10. Dois (2) Núcleos (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial), e três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

O Estado de Roraima possui vasto território, semelhante aos grandes estados da federação, contudo, a densidade demográfica é da ordem de 1,75 habitantes por quilometro quadrado. Além disso, mais de 50% do território é constituído de reservas indígenas e áreas de preservação ambiental. Na esfera econômica, o Estado representa aproximadamente 0,1% do PIB brasileiro.

Roraima possui dois estados fronteiriços, Amazonas e Pará, e 1.860 km de limites internacionais, Guiana e Venezuela. Estes locais são em sua maioria acessíveis apenas por via aérea, uma vez que apenas duas rodovias federais cruzam o estado, chegando a pouco menos de 1.000 quilômetros de estradas asfaltadas, manutenção precária, e 82% de suas terras encontra-se em reservas indígenas, provocando grande dificuldade quanto à fiscalização e patrulhamento policial.

Considerando as peculiaridades do Estado, esta Superintendência Regional concentra esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico internacional de drogas, o contrabando e o descaminho, corrupção e desvio de recursos federais, crimes contra o meio ambiente e crimes contra comunidades indígenas.

No ano de 2010 a SR/DPF/RR realizou 27 (vinte sete) operações policiais, sendo instaurados 466 (quatrocentos e sessenta e seis) Inquéritos Policiais, dos quais 363 (trezentos e sessenta e três) foram concluídos.

O pleito eleitoral realizado em 2010 marcou a atuação da Polícia Federal no Estado, pois foi priorizada a área de defesa institucional, no que diz respeito ao combate aos crimes eleitorais e as práticas nocivas ao Estado Democrático de Direito. Importantes resultados foram alcançados para a sociedade, diante do que houve uma repercussão nacional na mídia de forma significativa.

Outro ponto importante a ser destacado foi a realização de diversas investigações acerca de desvios de dinheiro público e do combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, haja vista que em relação a estes, há notícias que organizações criminosas utilizam o estado de Roraima como corredor do tráfico internacional.

A execução da Operação Sentinela nas unidades da federação que possuem fronteiras internacionais veio contribuir positivamente no combate aos crimes transnacionais. Em Roraima, especialmente, esta operação foi e está sendo considerada “um sucesso” pelos resultados obtidos, o que enaltece esta Superintendência Regional.

A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010**1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010****1.1 – Relatório de Gestão Individual – Identificação do Jurisdicionado****Quadro A.1.3 IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Roraima			
Código SIORG: 010090	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200384
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(95) 36211515	(95) 36211502	(95) 36234181
E-mail: gab.srrr@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ville Roy, 3136, Bairro Caçari, CEP 69.307 – 725, Boa Vista - RR			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Criada como Divisão através da Port. 041, de 18/03/75, BS. 053, de 19/03/75. Elevada para Superintendência Regional em conformidade com o art. 1º da Lei 8.715, de 06/10/93, publicada no DOU. 192, de 07/10/93 Portaria nº 551 de 14/12/1993, publicada no DOU de 07/01/1994; Portaria nº 1.825, de 13/10/2006, publicada no DOU de 16/10/2006 (revogada em 26/11/2009) Portaria nº 3.961, de 24/11/2008, publicada no DOU de 26/11/2009.			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200384	Gestão Tesouro		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200385	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200384		00001	
200385			

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública pelo Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967. Faz parte do Poder executivo, compondo a administração direta do Governo Federal.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências Regionais, as quais executam suas próprias receitas como unidades gestoras.

Nos termos da Constituição Federal o Departamento de Polícia Federal é um dos órgãos responsáveis pela segurança da Federação, atuando na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público da União.

Cabe à Polícia Federal em caráter constitucional *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

A Polícia Federal materializa também suas atribuições constitucionais ao apurar os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra as comunidades indígenas, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal na esfera das suas atribuições às seguintes ações: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União, coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Nas zonas de fronteira da Região Norte o papel político-institucional da Polícia Federal assume aparente contorno de soberania nacional, promovendo a presença do Estado Brasileiro nas regiões inóspitas e de difícil acesso, e sendo a maior parte de nossa extensão territorial destinada à preservação da cultura indígena e preservação ambiental, deparamo-nos diuturnamente com conflitos de interesses e desentendimentos que merecem a pronta atuação policial da instituição.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência da Polícia Federal em Roraima prima pela colaboração com o Exército Brasileiro em ações de monitoramento e preservação de nossa faixa fronteiriça, com o IBAMA e o ICM-BIO nos combates aos crimes ambientais, com o INSS executando as forças tarefas previdenciárias e com a Polícia Rodoviária Federal na repressão e prevenção de crimes de contrabando/descaminho e de tráfico ilícito de drogas nas estradas federais.

Na área de inteligência policial esta superintendência interage com a comunidade de inteligência brasileira - ABIN, Forças Armadas, Receita Federal, Secretarias de Segurança Pública dos Estados - na busca e coleta de informações e confirmação de informes, contribuindo para o planejamento e execuções de ações contra o crime organizado.

Com o advento da Operação Sentinela, as regiões de fronteira no estado passaram a ser mais bem fiscalizadas, pois foram adotadas técnicas de barreiras surpresa em pontos de afunilamentos de vias. Ações que intensificadas, geraram significativa redução na prática de descaminho e contrabando. Além, disso a presença da Polícia Federal em barreiras nos diversos acessos e corredores impôs aos infratores a sensação de efetiva reprimenda, colaborando com a redução da criminalidade.

O monitoramento e a vigilância constantes das rotas habitualmente utilizadas para o tráfico ilícito de drogas e do descaminho/contrabando, inclusive com a utilização do sistema SISVANT - Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados contribuiu relevantemente para o combate de tais crimes.

O Combate ao ingresso irregular de estrangeiros em nosso território, oriundos dos países vizinhos Venezuela e Guiana Inglesa representa grande parcela das atividades executadas pela delegacia de imigração, vez que só no ano de 2010 foram realizadas 47 (quarenta e sete) deportações, 82 (oitenta e duas) notificações para saída do território nacional e 402 (quatrocentos e duas) autuações de estrangeiros.

O acesso às terras Indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol, bem como as dificuldades logísticas causadas pela precariedade das vias e por vezes sua inexistência, demandam a constante necessidade de especialização de policiais em operações de selva e não urbanas, bem como a aquisição de equipamentos, veículos e aeronaves, com vistas a propiciar a presença do órgão naquelas áreas.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Esse demonstrativo não foi elaborado tendo em vista que este órgão não teve responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Und de Medida	Meta prevista ¹	Meta realizada ²	Meta 2011 ³
06	125	0662	2679	A	4	Documento Emitido	34.564	-	36.120
06	183	0662	2720	A	4	Ação realizada	819	* xxx	856
06	181	0662	2726	A	3	Operação realizada	2.103	27	2.197
06	128	0662	4572	A	4	Servidor capacitado	3.000	99	3.423
06	122	0750	2000	A	4	Servidor beneficiado	11.489	183	
09	271	0087	8452	A	4	Inquérito instaurado	40	17	34
06	122	1353	7E37	P	4	Sede construída (%)	28	10	-
06	422	1453	8375	A	3	Indenização paga	38.000	8	133.000

Fonte: Site do MPOG – Cadastro de ações.

¹ As metas previstas para o exercício de 2010 na Lei Orçamentária Anual foram atribuídas ao Departamento de Polícia Federal como um todo, ou seja, não houve estipulação de metas para as Superintendências Regionais. Nossa unidade central também não repassou quantitativos a serem alcançados por esta Regional no Estado de Roraima para o exercício em tela.

² Os resultados obtidos correspondem exclusivamente aos resultados da unidade no Estado de Roraima

³ A previsão para o ano 2011 representa uma estimativa do PPA 2008-2011, a qual pode ser afetada negativamente em função das contingências determinadas pelo Governo Federal

* informações restritas considerando o caráter sigiloso das operações de inteligência

Os resultados obtidos pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima consolidam o bom trabalho desenvolvido no ano de 2010, uma vez que as ações ora indicadas se inter-relacionam como sendo as causas da diminuição da criminalidade observadas da comparação entre os resultados apontados no Relatório de Gestão do ano de 2009 e o presente.

Antes de se promover os correspondentes comentários acerca das execuções das ações supra indicadas, faz-se necessário esclarecer que algumas das metas determinadas foram atribuídas ao Departamento de Polícia Federal como um todo, e não para esta unidade gestora, o que impossibilita a afirmação, com base neste demonstrativo, que as metas foram alcançadas, e ao mesmo tempo impede estipulação por nossa unidade central das novas metas para o atual exercício.

Em Roraima não se verificou vultosas ações de controle de produtos químicos regulados, posto que a demanda estadual de natureza industrial/comercial é incipiente.

As operações de inteligência desenvolvidas pelos núcleos de inteligência e pelas delegacias especializadas não puderam ser coletadas, face o caráter de sigilo instituído sobre as mesmas. Contudo, pode-se afirmar que se desenvolveram a contento e em maior quantidade que no exercício de 2009.

Inúmeras operações policiais foram executadas por esta unidade, algumas voltadas unicamente para cumprimento das necessidades do Poder Judiciário, considerando-se nossas atribuições de Polícia Judiciária. Neste contexto podemos citar: escoltas de presos, cumprimentos de mandados de prisão, desocupações de terras, reintegrações e etc.

Para cumprimento dessas ações foram necessários elevados dispêndios de recursos da unidade. Além disso, a exemplo da “Operação Eleições” (1º e 2º turnos), outras operações de maior vulto foram realizadas em 2010. Para tanto, foram necessários gastos com diárias, passagens aéreas com servidores que vieram de outros Estados da Federação, aquisição de combustível e, ainda, utilização de recursos de suprimentos de fundos, os quais consumiram relevante parcela de nosso orçamento anual.

A administração da SR/DPF/RR, em 2010, primou pela capacitação de um número significativo de servidores lotados na unidade (99 capacitações), sejam as promovidas pelo próprio departamento, por meio da Academia Nacional de Polícia, ou pelas realizadas por outros órgãos, tais como CGU, TCU e Exército Brasileiro. Houve, ainda, a participação de servidores em cursos, principalmente na área meio, realizados por empresas com reconhecimento nacional, tal como a Treide – Treinamento e Desenvolvimento.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados por esta Regional abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Em parceria com órgãos da Administração Federal, o departamento desempenha suas funções investigatórias e de polícia judiciária traçando mecanismos para o combate direto aos crimes praticados contra o erário público. Um dos exemplos dessas parcerias de sucesso é a força tarefa previdenciária, que nesta unidade promoveu a instauração de diversos inquéritos que investigam crimes previdenciários.

O Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Polícia Federal, tornou constante a Campanha do Desarmamento e as indenizações provenientes das entregas das armas. Em Roraima, a obtenção de resultados positivos, com a devida proporção de habitantes, a unidade registrou pagamentos de indenizações a particulares que efetivamente entregaram armas.

Importa salientar, mais uma vez, as condições precárias da sede desta unidade, que já em 2010 mostrava-se inadequada para comportar seu efetivo de servidores e o público em geral.

Com vistas a solucionar esta problemática, no exercício de 2009 foi realizado um procedimento licitatório para construção de uma nova sede, sendo que sua homologação ocorreu ao final do exercício de 2009. Em decorrência de ordem judicial a execução desta obra foi suspensa por aproximadamente 04 (três) meses, fato este que comprometeu o atingimento da meta de execução prevista para 2010.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima	30108	200384
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima - FUNAPOL	30909	200385

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

A programação das Despesas Correntes constante da Lei Orçamentária Anual é estipulada ao Departamento de Polícia Federal como um todo, não sendo alocada neste normativo programação específica para esta Superintendência Regional em Roraima.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

A programação das Despesas Capital constante da Lei Orçamentária Anual é estipulada ao Departamento de Polícia Federal como um todo, não sendo alocada neste normativo programação específica para esta Superintendência Regional em Roraima.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

A programação das Despesas Correntes e de Capital constante da Lei Orçamentária Anual são estipuladas ao Departamento de Polícia Federal como um todo, não sendo especificada neste normativo programação específica para esta Superintendência Regional em Roraima.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa Valores em R\$
1,00
UG 200384

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200331	-	-	-	5.852.639,25
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	-	556.537,40	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.7.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$
1,00
UG 200385

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200337	-	-	-	2.130.901,06
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200384	-	-	-	13.862,05
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200337	-	7.000.000,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Os valores apresentados no quadro anterior representam a totalidade dos recursos repassados pela Coordenação de Orçamentos e Finanças a esta Regional, para execução de suas atividades meio e fim.

O valor de R\$ 5.852.639,25, relacionado à rubrica “Outras Despesas Correntes”, na UG 200384 (Tesouro) foram absorvidos quase em sua totalidade no pagamento a empresas prestadoras de serviços de mão de obra, quais sejam: vigilância, limpeza, recepção e copeiragem. Já os inerentes ao de R\$ 556.537,40 foram empregados na aquisição de materiais permanentes, tais como computadores, impressoras, mobiliário em geral e centrais telefônicas.

Quanto aos recursos advindos da UG 200385 (Funapol), a utilização deu-se basicamente no pagamento de diárias de policiais e execução de despesas de caráter policial através de suprimento de fundos (Outras Despesas Correntes). O valor inscrito de R\$ 7.000.000,00 foi destinado ao pagamento das despesas com a obra da nova sede desta Regional.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Considerando que esta Superintendência Regional não foi contemplada na LOA com créditos iniciais, e sim o Departamento de Polícia Federal como um todo; as informações relacionadas a este item não se aplicam a este órgão.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

UG 200384				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2009	2010	2009	2010	
Modalidade de Licitação	3.466.594,25	3.408.310,21	3.466.594,25	3.039.946,46	
Convite	18.303,00	-	18.303,00	-	
Tomada de Preços	81.663,30	-	81.663,30	-	
Concorrência	-	-	-	-	
Pregão	3.366.627,95	3.408.310,21	3.366.627,95	3.039.946,46	
Concurso	-	-	-	-	
Consulta	-	-	-	-	
Registro de Preços	-	-	-	-	
Contratações Diretas	735.586,12	577.149,15	735.586,12	577.149,15	
Dispensa	444.082,82	483.382,11	444.082,82	483.382,11	
Inexigibilidade	291.503,30	93.767,04	291.503,30	93.767,04	
Regime de Execução Especial	159.201,15	205.783,93	159.201,15	205.783,93	
Suprimento de Fundos	159.201,15	205.783,93	159.201,15	205.783,93	
Pagamento de Pessoal	279.142,60	738.563,54	279.142,60	738.563,54	
Pagamento em Folha	-	-	-	-	
Diárias	279.142,60	738.563,54	279.142,60	738.563,54	
Outros	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI
 Obs: Esta Regional não executa pagamento da Folha de Pessoal.

**QUADRO A.2.11.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS
POR MOVIMENTAÇÃO**

UG 200385

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	2.000.000,00	7.000.000,00	-	1.994.751,00
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços				
Concorrência	2.000.000,00	7.000.000,00	-	1.994.751,00
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.039.252,69	1.759.152,44	1.039.252,69	1.759.152,44
Outras				

Fonte: SIAFI

Obs: Esta Regional não executa pagamento da Folha de Pessoal.

No exercício de 2010 não houve contratação de digitadores, pelo que houve uma redução das despesas com contratação de serviço terceirizado.

O aumento significativo na rubrica “Diárias” em 2010 em relação ao exercício de 2009, na área administrativa e policial, deu-se, principalmente, em decorrência de:

- realização de operações relacionadas à eleição, tanto no primeiro quanto segundo turno;
- recrutamento de peritos criminais de outros Estados da Federação para elaboração de laudos, dado o nosso reduzido quadro de policiais nesta área;
- recrutamento de 02 (dois) delegados para realizarem serviços de correição (PAD);
- recrutamento de servidores na área administrativa para executarem serviços na área de controle patrimonial, tendo em vista o nosso reduzido quadro de pessoal nesta área;
- o encaminhamento de servidores desta Regional (área fim e área-meio) para realização de cursos de capacitação em diversas unidades da federação.

Em relação às despesas incorridas com Cartão de Pagamento do Governo Federal (suprimentos de fundos) ocorreu um aumento quando comparadas com as realizadas no exercício de 2009. Esta situação está diretamente relacionada com os gastos para implantação da Operação Sentinela.

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12.1 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

UG 200384

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	4.605.425,49	3.952.199,70	4.605.425,49	3.952.199,70	-	-	4.305.425,49	3.952.199,70
339037	1.423.061,45	1.356.115,49	1.423.061,45	1.356.115,49	-	-	1.123.061,45	1.356.115,49
339039	1.313.507,00	1.138.696,38	1.313.507,00	1.138.696,38	-	-	1.313.507,00	1.138.696,38
339030	836.344,33	739.803,30	836.344,33	739.803,30	-	-	836.344,33	739.803,30
Demais elementos do grupo	1.032.512,71	717.584,53	1.032.512,71	717.584,53	-	-	1.032.512,71	717.584,53

Fonte: SIAFI

Esta Regional não executa pagamento da Folha de Pessoal.

QUADRO A.2.12.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

UG 200385

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
339014	1.333.473,27	1.762.852,90	1.333.473,27	1.762.852,90			1.333.473,27	1.762.852,90

Fonte: SIAFI

O aumento significativo na rubrica “Diárias” em 2010 em relação ao exercício de 2009, na área policial, deu-se, principalmente, em decorrência de:

- realização de operações relacionadas à eleição, tanto no primeiro quanto segundo turno;
- recrutamento de peritos criminais de outros Estados da Federação para elaboração de laudos, dado o nosso reduzido quadro de policiais nesta área;
- recrutamento de 02 (dois) delegados para realizarem serviços de correição (PAD);
- o encaminhamento de servidores desta Regional (área fim e área-meio) para realização de cursos de capacitação em diversas unidades da federação.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

UG 200384

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	6.159,14	208.836,74	6.519,14	208.836,74	-	-	6.159,14	208.836,74
449052	6.159,14	208.836,74	6.519,14	208.836,74	-	-	6.159,14	208.836,74
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

QUADRO A.2.13 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

UG 200385

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	2.000.000,00	7.000.000,00	-	1.994.751,00		2.000.000,00		1.994.757,00
1º elemento de despesa	2.000.000,00	7.000.000,00	-	1.994.751,00		2.000.000,00		1.994.757,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

O valor de R\$ 7.000.000,00, constante do quadro anterior, refere-se ao montante repassado no exercício de 2010 por nossa unidade central para execução da obra da sede da Superintendência Regional neste Estado de Roraima.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Esta Regional não possui indicadores institucionais.

3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos no exercício registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

3.2 Análise Crítica

Não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos no exercício registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

4 PARTE A, ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	-	-	-	-
2009	113.048,44	-	109.261,35	3.787,09
2010	3.787,09	-	3.787,09	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	1.653.342,38	2.723,93	1.650.618,45	-
2009	408.012,02	-	110.366,02	297.646,00-
2010	297.646,00	-	297.646,00	-
Observações:				

Fonte:

4.2 Análise Crítica

O Departamento de Polícia Federal tem como política executar por ordem cronológica os pagamentos de “restos a pagar”. No exercício de 2009, em decorrência restrições orçamentárias/financeiras que a União atravessou, não foi possível quitar a totalidade dos valores inscritos nessa rubrica. Já para o exercício de 2010, ocorreu a normalização dos repasses financeiros, pelo que todas as despesas de exercícios pretéritos foram pagas.

5 DA PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	*Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	187	33	37
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	187	33	37
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	187	33	37
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	05	01	01
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	02	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	01	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	04	01	01
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	19	09	07
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-	187	33	37

Fonte: RH

Obs: *O quantitativo da lotação é determinado por nossa unidade central em Brasília - DF

QUADRO A.5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	27	94	41	17	08
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	01
2.Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	03	01	-	-
2.3. Funções gratificadas	3	10	06	-	-

Fonte: RH

QUADRO A.5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	02	02	25	158	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	04	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	--	18	03	-	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: RH

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	05	-
1.2 Compulsório	01	-
1.3 Invalidez Permanente	02	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	01	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: RH

QUADRO A.5.5 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	02	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: RH

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	03	05	03	03	8.978,00
Nível Médio	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte:RH

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	16.888.240,50	-	1.803.260,42	554.123,62	1.239.932,01	134.652,65	6.237,16	20.626.446,36
2009	21.739.372,28	-	2.441.031,68	835.561,21	1.438.528,66	120.083,73	5.203,16	26.579.780,72
2010	23.048.926,48	-	2.359.039,61	758.665,93	3.016.377,57	140.282,86	6.738,68	29.330.031,13
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		67.860,05		-				67.860,05
2009		63.419,67		-				63.419,67
2010		74.802,24		-				74.802,24
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		51.202,61		-				51.202,61
2009		56.964,31		-				56.964,31
2010		59.805,56		-				59.805,56

Fonte: RH

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima													
UG/Gestão: 200384						CNPJ: 00.394.494/0093-54							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	02/2005	02043066000194	14.04.05	30.09.10	Não exigido no contrato						E
2010	L	O	09/2010	106318500001-41	03.11.10	31.12.10	Não aplicável (IN 02/2008 do MPOG)						A
2010	L	O	10/2010	020430660001-94	03.11.10	31.12.10	Não aplicável (IN 02/2008 do MPOG)						A
2007	V	O	01/2007	840132340001-63	29.01.07	31.03.11	Formação Técnica – Curso de Vigilante						A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:CPL

QUADRO A.5.9 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima													
UG/Gestão: 200384						CNPJ:00.394.494/0093-54							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	03/2009	020430660001-94	11.02.09	31.12.11	04 postos de Trabalho – Não houve previsão contratual para nível de escolaridade.						A
2010	7	O	04/2010	020430660001-94	07.01.10	31.12.11	-	-	20	20	-	-	A

Observação: O Contrato 04/2010 refere-se à contratação de postos de serviço de recepção.

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:CPL

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
02/2005	7	10	Edifício Sede (06), Posto Avançado do Bonfim (02) e Delegacia de Pacaraima (02)
09/2010	7	04	Posto Avançado do Bonfim (02) e Delegacia de Pacaraima (02)
10/2010	7	06	Edifício Sede (04), DRE (01) SETEC (01)
01/2007	8	07	Edifício Sede (04), SETEC (01), Posto Avançado do Bonfim (01) e Delegacia de Pacaraima (01)
03/2009	3	04	Edifício Sede (03) e Delegacia de Pacaraima (01)
04/2010	9	20	Edifício Sede
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 7. Higiene e Limpeza; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

Fonte: CPL

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Departamento de Polícia Federal não possui indicadores gerenciais em relação à área de Recursos Humanos.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

No exercício de 2010 este órgão não operou com: transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DPF EM RORAIMA**

DECLARAÇÃO

D e c l a r o, atestando que as informações referentes aos Contratos e respectivos Termos Aditivos celebrados pela Superintendencia Regional do DPF em Roraima, encontram-se disponibilizados no Sistema Integrado de Serviços Gerais – SIASG.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênio, Contratos de Repasse e Termos de Pareceria – SICONV, nunca foram movimentados por este Setor.

Bopa Vista (RR), 18 de março de 2011.

Márcio Aurélio de Souza Torrêyas
Presidente da CPL/SR/DPF/RR

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

Declaração

Declaro para os devidos fins que todos os servidores ocupantes de cargo de chefia, e seus eventuais substitutos, atenderam o preconizado na Lei 8.730/2010, no que tange ao encaminhamento das declarações de rendimento relacionadas ao exercício de 2010, ou, ainda, autorizaram o acesso, via formulário específico, a tais informações.

Os demais servidores, que não encaminharam, ou não autorizaram o acesso, às informações de rendimento, já foram devidamente notificados para que assim o façam.


Marcelina Consolata de Oliveira Lima
CH/SRH/SR/DPF/RR

9 PARTE 9, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	X				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: O resultado das informações prestadas foi obtido do consenso das pessoas que representam os setores que exercem de alguma forma controles internos no órgão.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R: Aquisição de lâmpadas somente fluorescente e aparelhos de eficiência energética tipo "A", pelo que houve redução nas contas de energia elétrica.			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? R: Papel Reciclado			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

<p>R: Realização de plantio de 1.140 (mil cento e quarenta) árvores através de um programa de redução de CO2 (Programa Carbono Neutro), cuja coordenação foi da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente/Patrimônio Histórico. O objetivo do programa foi a neutralização das emissões de carbono da SR/DPF/RR</p>					
<p><i>Considerações Gerais:</i> As informações aqui apresentadas foram colhidas do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1.- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Roraima	Σ	Σ
	Boa Vista	02	02
	Pacaraima	05	05
	Bonfim	05	05
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SELOG

QUADRO A.11.2.- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Roraima	Σ	Σ
	Boa Vista	02	02
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SELOG

QUADRO A.11.3.- DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG - 200384/0001 – SR/DPF/RR

RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
0301.00260.500-4	21	3	431.400,10	30.03.07	431.400,10	0,00	0,00
0301.00242.500-6	21	3	3.075,00	05.10.07	3.075,00	0,00	0,00
0034.00009.500-6	21	6	59.201,76	09.12.05	59.201,76	0,00	0,00
0034.00007.500-5	21	6	59.201,76	09.12.05	59.201,76	0,00	0,00
0034.00005.500-4	21	6	59.201,76	09.12.05	59.201,76	0,00	0,00
0034.00003.500-3	21	6	59.201,76	09.12.05	59.201,76	0,00	0,00
0034.00001.500-2	21	6	274.408,32	09.12.05	274.408,32	0,00	0,00
0307.00020.500-8	21	6	15.832,26	26.12.02	15.832,26	0,00	0,00
0307.00021.500-3	21	6	15.832,26	26.12.02	15.832,26	0,00	0,00
0307.00023.500-4	21	6	15.832,26	26.12.02	15.832,26	0,00	0,00
0307.00019.500-2	21	6	15.832,26	26.12.02	15.832,26	0,00	0,00
0307.00022.500-9	21	6	282.009,60	26.12.02	282.009,60	0,00	0,00
Total						0,00	0,00

Fonte: Dados obtidos junto ao NEOF e ao Núcleo de Obras, segundo documentações constantes em arquivos desta Regional. Foi solicitado à Superintendência de Patrimônio da União em Roraima, através do Ofício 1099/2011 – SELOG/SR/DPF/RR, informações para preenchimento do quadro acima, porém até a data de encaminhamento deste relatório de Gestão não obtivemos resposta ao nosso pleito.

Esta Regional atualmente, assim como em 2010, ocupa 03 em (três) imóveis na cidade de Boa Vista, que comportam o seu quadro de pessoal e sua estrutura de funcionamento, sendo 02 (dois) alugados, e 01 (um) cedido pelo Governo do Estado de Roraima que é utilizado como depósito de bens aprendidos e pertencentes ao nosso acervo, além de um prédio próprio onde está instalada a DRE.

As instalações elétricas, hidráulicas e prediais da sede desta Regional apresentaram-se em estado precário, porém por falta de recursos deixou-se de realizar os reparos necessários.

Outro fator que depõe contra o prédio de nossa sede é a falta de espaço físico. Todos os setores e delegacias possuem salas com tamanho aquém do ideal, tornando estes locais inadequados à execução dos trabalhos afetos à atividade meio e fim da instituição.

Com o intuito de centralizar todos os setores do órgão em um único espaço físico, e propiciar instalações adequadas aos servidores e ao público em geral, iniciou-se no final do exercício de 2010 tratativas com a Casa Paulo VI no sentido de alugarmos neste exercício de 2011 um imóvel para sediar esta Superintendência Regional.

Para este novo imóvel foi concebido um novo leiaute das salas, onde se primou pela tentativa de reunir em um único local todos os setores/servidores afetos a cada atividade, situação esta que não ocorre atualmente por falta de espaço físico do prédio que a sede da Superintendência ocupa, como já explicitado anteriormente.

Em 2010 havia previsão para reforma dos imóveis localizados no interior do estado, que abrigam a Delegacia de Pacaraima e o Posto Avançado do Bonfim. Porém a empresa contratada para elaborar os projetos executivos não cumpriu com o pactuado, pelo que não foi possível licitar a execução das obras.

12 PARTE A, ITEM 12, ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1.- GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	X				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: As informações contidas neste item foram apresentadas pelos integrantes do NTI deste órgão, importando frisar que todas as ações desta Regional na área de TI são determinadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação, localizada em nossa unidade central em Brasília – DF.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Quadro A.13.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					
<i>Valores em R\$ 1,00</i>					
Código da UG 1: 200385			Limite de Utilização da UG: 110.885,00		
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO PAULO ISMAEL	068635208-42	7.800,00	2.220,00	5.580,00	7.800,00
GILSON RIBEIRO DA SILVA	075288487-51	16.000,00	5.940,00	8.336,16	14.276,16
SR/DPF/RR	999	6.000,00	3.000,00	2.976,43	5.976,43
SR/DPF/RR	999	5.000,00	2.320,00	980,06	3.300,06
IVO LAMARK PEIXOTO RIBEIRO	763647393-34	16.000,00	5.705,00	9.006,60	14.711,60
SR/DPF/RR	999	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
SR/DPF/RR	999	4.000,00	3.000,00	285,00	3.285,00
SR/DPF/RR	999	4.000,00	3.000,00	974,61	3.974,61
SR/DPF/RR	999	29.200,00	10.030,00	16.355,54	26.385,54
SR/DPF/RR	999	8.000,00	6.000,00	1.727,05	7.727,05
SR/DPF/RR	999	5.500,00	2.000,00	1.335,75	3.335,75
SR/DPF/RR	999	500,00	0,00	0,00	0,00
SR/DPF/RR	999	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
IVO LAMARK PEIXOTO RIBEIRO	763647393-34	26.200,00	13.480,00	10.859,86	24.339,86
LUCIANO SCHIMITT	763647393-34	29.200,00	13.650,00	8.388,04	22.038,04
SÉRGIO DA SILVA PALMA	049913726-40	11.600,00	800,00	2.963,05	3.763,05
IVO LAMARK PEIXOTO RIBEIRO	763647393-34	29.200,00	18.890,00	10.107,00	28.997,00
NELSON LEVY KNEIP DE FREITAS MACEDO	853587701-00	18.000,00	7.650,00	7.937,75	15.587,75
WALDINELSON SOUZA DO ESPÍRITO SANTO	208607062-49	4.600,00	1.900,00	1.816,37	3.716,37
WALDINELSON SOUZA DO ESPÍRITO SANTO	208607062-49	4.500,00	1.300,00	0,00	1.300,00
Total utilizado pela UG			110.885,00	89.629,27	200.514,27

Fonte: SIAFI

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					
<i>Valores em R\$ 1,00</i>					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (a+b)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	
2008	71	15.997,60	10	7.972,00	
2009	172	101.935,00	221	56.645,82	158.580,82
2010	140	110.885,00	207	89.629,27	200.514,27

Fonte: SIAFI

14 PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não houve neste órgão Renúncias Tributárias no exercício de 2010.

15 PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Todas as deliberações expedidas em exercícios anteriores pelo TCU foram atendidas anteriormente a 2010, exceto a vinculada ao item 1.5.1 do Acórdão nº 1420/2010 – TCU – Plenário, sendo que já foram realizadas ações no sentido de atendimento da determinação, porém, conforme explicitado no item a seguir, ainda estamos aguardamos o resultado prático dessas ações.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2.- SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima					316
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-012.897/2009-9	1420/2010 – TCU - Plenário	1.5.1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação: “no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 01/2007), celebrado com a empresa Transvig – Transporte de Valores e Vigilância Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009 e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;”					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação: CPL					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Realizou-se procedimento licitatório em 15.03.2011, cujo resultado está pendente de homologação, situação esta que será concretizada em 28.03 do corrente ano, com a chegada de nosso ordenador de despesas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A ação para atendimento da deliberação do TCU só pôde ser iniciada no final do exercício de 2010, tendo em vista que a validade do Contrato n. 01/2007 expirava em 31.12.2010. Próximo ao vencimento deste a empresa Transvig foi inquirida sobre a possibilidade de sua renovação nos termos dos valores da Portaria SLTI n. 10/2009, pelo que não obtivemos sucesso. Ao realizarmos novo procedimento licitatório para contratação de empresa de vigilância armada, no intuito de atendermos a portaria, também não logramos êxito. Apesar dos preços ofertados neste certame estarem acima dos preços máximos estipulados na SLTI nº 40/2010 - que substituiu a de nº 10/2009 - inevitavelmente após sua homologação, firmaremos contrato, dada a imprescindibilidade do serviço de vigilância em nossas dependências para resguardar os bens da Superintendência e de terceiros.					

16 PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

16.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3.
RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima			Código SIORG
			316
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	189637	2.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima			
Descrição da Recomendação: Promover gestões junto ao servidor Francisco Sá Cavalcante, para ressarcimento de R\$ 1.068,65, relacionados à impropriedade na utilização de suprimento de fundos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação: Corregedoria			Código SIORG
Síntese da providência adotada: Realização de Tomada de Conta Especial Simplificada nº 01/2008 e Abertura de Processo Administrativo Disciplinar			
Síntese dos resultados obtidos – A Tomada de Contas apontou pela culpabilidade do servidor, enquanto que o PAD, após a realização de perícia nos autos do suprimento de fundos, o inocentou, pelo que foi tornada sem efeito o resultado do primeiro procedimento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Corregedoria da instituição, com auxílio dos Peritos da área Contábil, constatou que não houve a improbidade administrativa apontada no Relatório de Auditoria da CGU e na Tomada de Contas Especial deste órgão. Ato contínuo, o Corregedor Geral de Polícia determinou o arquivamento do PAD e o encaminhamento dos autos à CGU para verificação da regular aplicação dos recursos do suprimento de fundos.			

16.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Todas as recomendações expedidas em exercícios anteriores pela CGU foram atendidas anteriormente ao exercício de 2010.

B PARTE B, ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

17 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

17.1 Declaração com Ressalva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RR - SR/DPF/RR	200384 - 200385
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8